

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Última Hora

Class.: 918

Data: 28.11.83

Pg.: _____

Cimi condena assassinato de líder indígena, no MS

O Conselho Indígena Missionário (Cimi), distribuiu na noite de ontem um manifesto onde relata, com detalhes, e condena violentamente, o assassinato do líder indígena Marçal Guarani.

Embora ocorrido na noite de sexta-feira, somente ontem o assassinato do líder indígena começou a provocar reações — pois só então o resto do País tomou conhecimento. Marçal era um dos líderes mais expressivos das tribos brasileiras, tendo sido escolhido como interlocutor para o papa João Paulo II, durante a visita que sua santidade fez ao Brasil, onde mantiveram um demorado encontro em Manaus.

Eis alguns trechos do manifesto distribuído pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

"Sexta-feira, dia 25 de novembro, foi assassinado Marçal de Souza Guarani na aldeia de Campestre, município de Antonio João, Mato Grosso do Sul. Na noite de 25, Marçal estava sozinho na farmácia da aldeia onde trabalhava como enfermeiro. Foi encontrado morto. A família de Marçal informou que há 20 dias ele recebeu visita de um indivíduo que oferecia cinco milhões de cruzeiros para que ele convocasse um grupo de índios Caio-wá da aldeia Piracua, município de Bela Vista, MS, para que abandonassem suas terras. O território da aldeia está sendo contestado pelo suposto proprietário da Fazenda Serra Brava, Astúrio Monteiro. Marçal recusou a oferta e recebeu

ameaças. Não foi esta a primeira vez que Marçal recebeu ofertas e ameaças para que desalojasse essa comunidade. A Funai estava ciente da tensão resultante das ameaças a Marçal, sem que tivesse tomado as providências necessárias. (...)

"A morte de Marçal Guarani representante autêntico dos interesses da população indígena, não pode ficar impune. Os deputados Mário Juruna, Haroldo Lima, Aldo Arantes, membros da Comissão Parlamentar do Índio, os representantes da UNI (União das Nações Indígenas), representantes da Anáiba, CIMI, CPI-SP, Anai-RS, ABA-DF, Inesc, Cadij, reunidos nos dias 26 e 27 em Brasília, exigem das autoridades plenos esclarecimentos das circunstâncias que envolveram a morte de Marçal Guarani e a punição não só dos assassinos diretos mas também de seus mandantes (...)

Diante de tão bárbaro crime perpetrado no seu Estado, encaminhamos também ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul para que proceda as iniciativas que se fazem necessárias. (...) Encaminhamos finalmente este documento ao Sr. presidente da República para que tome ciência da violência que está atingindo as áreas indígenas, especialmente quando se generaliza a ideia nos meios indigenistas de que, seja por ação, seja por omissão, é primordial a responsabilidade dos órgãos federais".